

Refletir sobre relação entre o Capitalismo e o Estado. Corrupção e a ética.

São complexos os caminhos da política contemporânea, onde é possível constatar as crises e as adaptações do liberalismo no correr do tempo, bem como as críticas a ele feitas pelas teorias de inspiração socialista. No que tange a adoção do capitalismo na maior parte do mundo, temos que recusar explicações simplistas que contrapõem o "fracasso" do socialismo as "excelências" do liberalismo.

Consideramos aqui corrupção como a opção por atender interesses privados em detrimento a necessidade do povo por parte do Estado, e Ética como a intervenção ou não do Estado, visando garantir o bem estar social.

A teoria liberal assumiu posições diferentes, conforme sua orientação tenha se inclinado mais para a defesa das liberdades ou para a igualdade de oportunidades. De posse do entendimento sobre corrupção e ética elencados aqui, analisemos exemplos das mudanças cíclicas na economia capitalista, seja por necessidade econômica, ideológica ou sanitária:

1) **Liberalismo social** - Um dos ideais do liberalismo clássico é o ideal do Estado não intervencionista, que deixa o mercado livre para sua autorregulação. Trata-se do Estado minimalista, da prevalência do livre mercado. No entanto, no século XX, surgiram tendências que podemos chamar de liberalismo de esquerda, socialismo liberal ou liberal-socialismo, o que pode parecer uma ambiguidade: o livre mercado e o controle estatal da economia. As extremas desigualdades sociais, no entanto, levaram alguns a admitir que a ênfase na economia livre devesse ser atenuada, a fim de possibilitar a igualdade de oportunidades e auxiliar o crescimento da individualidade. Após a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, a década de 1930 foi marcada pela depressão econômica: falências, desemprego e inflação geraram graves tensões sociais. A crise do modelo capitalista desencadeou a experiência totalitária na Alemanha e na Itália. Outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, buscaram soluções diferentes que pudessem evitar tanto o perigo do nazismo como a tentação do comunismo. As novas medidas tomadas encaminham o liberalismo para a tendência que podemos chamar de liberalismo social, em que se revisto o papel do Estado na economia.

2) **O Estado de bem-estar social** - Desde o início do século XX, a Inglaterra já vinha implantando medidas assistenciais, como seguro nacional de saúde e sistema fiscal progressivo. Mas foi nas décadas de 1920 e 1930 que o Estado interveio na produção e distribuição de bens, com forte tendência em direção ao Welfare State (Estado de bem-estar social). Tanto é assim que, nos anos de 1940, considerava-se que qualquer cidadão teria direito a emprego, seguro contra invalidez, doença, proteção na velhice, licença-maternidade, aposentadoria, o que fez aumentar significativamente a rede de serviços sociais garantidos pelo Estado. Nessa direção orientou-se John Maynard Keynes, que ofereceu a base teórica do Welfare state. Como crítico das teorias clássicas do livre mercado - da chamada "mão invisível" do mercado -, propôs medidas de intervenção do Estado a fim de garantir a regulação da economia, com investimentos para empresas e pleno emprego. A partir da década de 1970, a teoria de Keynes foi rejeitada pelo neoliberalismo nascente. Atualmente, no final da primeira década do século XXI, a intervenção estatal na economia está de volta, diante da crise do sistema financeiro mundial, tendência que alguns denominam de neokeynesianismo. Nos Estados Unidos, o presidente Roosevelt na elabora o New Deal (Novo Acordo), que introduziu o dirigismo estatal durante a depressão da década de 1930. O governo concedeu crédito para as empresas, interveio na agricultura e adotou inúmeros procedimentos assistenciais de atendimento aos trabalhadores, bem como financiou a construção de grandes obras públicas para amenizar a alta taxa de desemprego. Embora essas medidas sofressem acusação de serem semelhantes às propostas socialistas, visavam de fato a fortalecer o capitalismo e, desse modo, também evitar o avanço comunista..

3) **Liberalismo de esquerda** - Na Itália fascista - e contra ela - floresceram teorias que visavam desencadear movimentos de cunho popular (e não burguês) e resgatar os ideais socialistas, embora adaptando-os ao liberalismo, daí o nome liberalismo de esquerda. Em vez de se oporem simplesmente ao marxismo, extraíam dele os elementos positivos, repudiando, sobretudo, a concepção revolucionária de Marx. Trata-se de uma espécie de "terceira via", que recusa a tese de que liberalismo e socialismo seriam inconciliáveis, admitindo que essa passagem poderia ser gradual e pacífica.

4) **Neoliberalismo** - As teorias de intervenção estatal começaram a dar sinais de desgaste em razão das frequentes dificuldades dos Estados em arcar com as responsabilidades sociais assumidas. Aumento do déficit público, crise fiscal, inflação e instabilidade social tornaram-se justificativas suficientemente fortes para limitar a ação assistencial do Estado. Desde a década de 1940, alguns teóricos, como o austríaco Friedrich von Hayek (1889-1992), defendiam o retorno às medidas do livre mercado. Antikeynesiano por excelência, Hayek acusava o Estado previdenciário de paternalista, referindo-se à "miragem da justiça social". Os neoliberais retomaram, então, o ideal do Estado minimalista, cuja ação restringe-se a policiamento, justiça e defesa nacional. O que, segundo eles, não implica o enfraquecimento do Estado, mas, ao contrário, seu fortalecimento, já que se pretende reduzir seus encargos. A partir da década de 1980, os Estados Unidos e a Inglaterra representaram a nova onda neoliberal. No Brasil a tendência no mesmo período confirmou-se com a privatização de instituições estatais e a abolição da reserva de mercado. Porém, entre nós, contraditoriamente o processo esbarrava em outras medidas de nítida intervenção estatal, como os sucessivos planos heterodoxos de controle na economia para conter a inflação brasileira. A crise financeira mundial A partir de 2007, teve início uma crise financeira mundial, desencadeada pelo aquecimento do mercado imobiliário das agências financiadoras norte-americanas, que ofereciam crédito sem exigir garantias para o cumprimento das dívidas, o que levou essas ações financeiras artificiais - porque sem lastro - a criar um "castelo de cartas", fácil de desmoronar. Aliada às dívidas decorrentes da guerra do Iraque, a crise extrapolou os limites dos Estados Unidos, afetando a economia mundial. Governos de diversos países, com a quebra de instituições imobiliárias e agências de seguro, precisaram intervir para nacionalizar bancos e injetar fortunas na economia. Para alguns, trata-se do fim da era neoliberal, o fracasso do modelo do "Estado mínimo", por ter exigido uma regulação mais ativa do governo.

5) **Crise sanitária** - em 2020, a pandemia de COVID 19, obriga os países a impor uma quarentena mundial. Sem poder produzir e trabalhar, as ações de Estado para garantir a manutenção da produção e da economia mostra necessidade de um Estado atento, para intervir quando necessário.